



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

258  
044  
fj

Apelação Cível: Nº. 169176-5 – 11ª Vara Cível – Recife ✓  
Apelante: Elias Machado de Albuquerque  
Apelado: Associação Vitoriense de Educação, Ciência e Cultura, mantenedora da Faculdade Escritor Osman da Costa Lins.  
Relator: **Des. Eduardo Sertório**

**EMENTA:** CIVIL – COMPRA E VENDA DE VEÍCULO – AQUISIÇÃO DE PROPRIEDADE DE BEM MÓVEL – TRADIÇÃO – ART. 1.267 DO CC/02 – APELAÇÃO IMPROVIDA – DECISÃO UNÂNIME.

- 5100
1. O Apelante confessa judicialmente ter entregue o veículo objeto do litígio a intermediário para que providenciasse a sua venda além de assinar documento de próprio punho reconhecendo o Apelado como comprador do veículo.
  2. Apelado de boa-fé comprou o veículo do intermediário e recebeu o mesmo juntamente com as chaves e o documento de identificação.
  3. A aquisição da propriedade do bem móvel é comprovada pela simples entrega da coisa ao adquirente. Inteligência do art. 1.267 do CC/02.
  4. Apelação improvida.

**ACÓRDÃO:** Vistos, examinados, discutidos e votados estes autos do Recurso de Apelação Cível, em que figura como Apelante ELIAS MACHADO DE ALBUQUERQUE e, como Apelado ASSOCIAÇÃO VITORJENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, MANTANEDORA DA FACULDADE ESCRITOR OSMAN DA COSTA LINS, os Desembargadores do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, acordaram o seguinte: **"POR UNANIMIDADE, NEGAR PROVIMENTO À APELAÇÃO"**, tudo de acordo com os votos, as notas taquigráficas e o termo de julgamento que ficam fazendo parte integrante deste Julgado.

Recife,

3/12/07

*f. egs cany*  
**EDUARDO SERTÓRIO**  
Desembargador Relator



**PODER JUDICIÁRIO**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO

**3ª CÂMARA CÍVEL**

Apelação Cível: Nº. 169176-5 - 11ª Vara Cível - Recife

Apelante: Elías Machado de Albuquerque

Apelada: Associação Vitoriense de Educação, Ciência e Cultura, mantenedora da Faculdade Escritor Osman da Costa Lins.

Relator: **Des. Eduardo Sertório**

**RELATÓRIO**

Trata-se de apelação cível interposta por **ELIAS MACHADO DE ALBUQUERQUE** contra **ASSOCIAÇÃO VITORIENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, MANTENEDORA DA FACULDADE ESCRITOR OSMAN DA COSTA LINS**.

**Ação: ASSOCIAÇÃO VITORIENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, MANTENEDORA DA FACULDADE ESCRITOR OSMAN DA COSTA LINS**, ajuizou ação ordinária contra **ELIAS MACHADO DE ALBUQUERQUE** e **UNIBANCO LEASING S/A** devido ao fato de ter comprado do primeiro demandado um veículo MICROONIBUS/ESCOLAR, marca Mercedes Bens/COMIL PIA M, ano modelo/de fabricação 1999/1999, placa KLO0774 e o alienante não ter entregue o recibo de transferência do veículo e não ter providenciado a baixa do gravame do contrato de leasing celebrado com o **UNIBANCO LEASING S/A** junto ao DETRAN-PE.

**Contestação do UNIBANCO LEASING S/A**. Apresentada às fls. 33/40 argui ilegalidade para figurar no pólo passivo da demanda. No mérito defende que o contrato de leasing encontra-se encerrado tendo o Sr. **ELIAS MACHADO DE ALBUQUERQUE** ora Apelante, exercido o direito de compra do aludido automóvel, podendo a qualquer momento requerer a baixa do gravame.

**Contestação de ELIAS MACHADO DE ALBUQUERQUE**: Apresentada às fls. 53/59 alega que não vendeu o veículo a **ASSOCIAÇÃO VITORIENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, MANTENEDORA DA FACULDADE ESCRITOR OSMAN DA COSTA LINS**, ora Apelada. Aduz que cedeu o veículo a um conhecido de nome José Edson Bezerra, que era seu credor e resolveu agilizar a comercialização do ônibus, mostrando-o para potenciais compradores. A partir daí não viu mais o veículo de sua propriedade, vindo a localiza-lo já na posse do ora Apelado e sem ter recebido nada pela venda do veículo.

**Sentença**: As fls. 194/196, acolheu preliminar de ilegitimidade passiva, determinando a exclusão da lide do **UNIBANCO LEASING S/A**, e no mérito julgou a ação procedente para imitir a ora Apelada na posse definitiva do

0240  
Esce

045

0241  
Esceee  
046

veículo e ainda determinou ao Sr. ELIAS MACHADO DE ALBUQUERQUE, ora Apelante, a entrega do recibo do veículo livre e desembaraçado do gravame do arrendamento.

**Embargos de declaração:** Interposto às fls. 198/199 pela **ASSOCIAÇÃO VITORIENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, MANTENEDORA DA FACULDADE ESCRITOR OSMAN DA COSTA LINS**, ora Apelada, alegando a inclusão no julgado de obrigação de fazer ao Apelante no sentido de ser compelido a apresentar os documentos do veículo (CRLV) relativo ao ano de 2007 e anos subsequentes.

**Sentença dos embargos de declaração:** às fls. 204/205 acolhendo na totalidade os embargos de declaração apresentados pelo ora Apelado.

**Apelação:** interposta pelo Sr. **ELIAS MACHADO DE ALBUQUERQUE** às fls. 208/214 requerendo a modificação do julgado, alegando em sucinta síntese que a Apelada não juntou aos autos qualquer documento comprobatório da compra e venda do veículo, tão pouco do próprio valor pago pelo veículo.

**Fundamentação legal:** Artigos 476 e 481 do CC/02.

**Contra-razões:** Apresentadas pela Apelada às fls. 232/237, requerendo a manutenção do julgado.

**Questão a ser enfrentada:** Se a entrega de bem móvel feita por intermediário com a anuência do proprietário caracteriza compra e venda

É o relatório.

À douta revisão.

Recife, 22 de outubro de 2008

*Eduardo Sertório*

**DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DO DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
**3ª CÂMARA CÍVEL**

047 259  
SP

Apelação Cível: Nº. 169176-5 - 11ª Vara Cível - Recife  
Apelante: Elias Machado de Albuquerque  
Apelada: Associação Vitoriense de Educação, Ciência e Cultura, mantenedora da Faculdade Escritor Osman da Costa Lins.  
Relator: **Des. Eduardo Sertório**

**VOTO DE MÉRITO**

Pressupostos de admissibilidade devidamente configurados.

A **ASSOCIAÇÃO VITORIENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, MANTENEDORA DA FACULDADE ESCRITOR OSMAN DA COSTA LINS**, ora Apelada, comprou o veículo já discriminado anteriormente. Segundo descreve na petição inicial, a compra e venda foi intermediada pelo Sr. José Edson Bezerra.

O Sr. **ELIAS MACHADO DE ALBUQUERQUE**, ora Apelante, admite que confiou o veículo ao Sr. José Edson Bezerra para que intermediasse a venda a possíveis interessados. Todavia, assevera que nunca mais soube do paradeiro do veículo, vindo a ser surpreendido quando o mesmo já se encontrava na posse da ora Apelada.

Alega ainda o Sr. **ELIAS MACHADO DE ALBUQUERQUE**, ora Apelante, que a **ASSOCIAÇÃO VITORIENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, MANTENEDORA DA FACULDADE ESCRITOR OSMAN DA COSTA LINS** não anexou aos autos qualquer prova da compra e venda do veículo bem como do preço pago.

Todavia, verifico às fls. 13, carta do Sr. **ELIAS MACHADO ALBUQUERQUE**, assinada de próprio punho e com firma reconhecida, indicando ao **UNIBANCO LEASING S/A**, que a **ASSOCIAÇÃO VITORIENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, MANTENEDORA DA FACULDADE ESCRITOR OSMAN DA COSTA LINS**, comprou o veículo objeto do arrendamento e ora em litígio.

E às fls. 56, o Apelante ao impugnar tal documento, apenas asseverou que o mesmo não tem o condão de permitir transferência de propriedade veicular e tampouco poder de quitação, todavia, em momento algum se insurge contra a veracidade das declarações nele constantes.

047 / 260  
§§

Demais disso, no documento às fls. 109, também assinado de próprio punho, o Sr. **ELIAS MACHADO ALBUQUERQUE**, ora Apelante, declara que o valor total para aquisição do veículo foi de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e naquela oportunidade recebia do intermediário José Edson Bezerra R\$ 19.000,00 (dezenove mil reais) relativo ao sinal do negócio.

Além de tudo o acima relatado, o ora Apelante na própria contestação, confessar que diante da existência de um débito seu com o Sr. José Edson Bezerra entregou o veículo em litígio para que o mesmo providenciasse a sua venda.

Importante transcrever o trecho da contestação:

"(...) O réu pediu o veículo em questão a um conhecido de nome José Edson Bezerra, pois existia uma pendência financeira do réu com esta pessoa e, aí a pessoa citada resolveu agilizar a comercialização do ônibus, mostrando para potenciais compradores (...)

Tal situação é retratada no depoimento do Sr. Elias Machado de Albuquerque, ora Apelante, prestado na ação de medida cautelar de busca e apreensão nº 1.615/05 por ele ajuizada contra a ora Apelada, perante o Juízo de Direito da Comarca de Ibimirim. Depoimento este utilizado nos presentes autos como prova emprestada (fls. 155):

"(...) passando o juízo a colher o depoimento pessoal da parte autora, a qual passou a responder: (...) Que foi apresentado a pessoa de José Edson Bezerra, o qual propôs que lhe emprestaria o dinheiro para liquidar o débito, sob condição de que o autor deveria vender o carro para capitalizar um aparte do valor de uma fazenda, adquirida por terceiros, once cinco pessoas, dentre os quais o Sr. José Edson, entraria com uma parte para a aquisição do imóvel; Que o depoente redigiu e assinou recebido de sinal referente ao bem discutido nos autos, por imposição do Sr. José Edson Bezerra como sinal de pagamento de contrato de compra e venda; Que o carro ficou com o Sr. José Edson para que o mesmo vendesse o bem (...)

A situação é de clareza solar. O Sr. **ELIAS MACHADO ALBUQUERQUE**, ora Apelante, entregou o veículo ao Sr. José Edson Bezerra para que o vendesse.

E o Sr. José Edson Bezerra vendeu o referido veículo à **ASSOCIAÇÃO VITORIENSE DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA, MANTENEDORA DA FACULDADE ESCRITOR OSMAN DA COSTA LINS**, que de boa-fé o comprou. A compra e venda do veículo se demonstra pela própria tradição.

Realmente, segundo estabelece a doutrina pátria a tradição, modalidade de aquisição de propriedade de bem móvel, ocorre com a simples entrega da coisa ao adquirente.

A confissão judicial do Apelante acima transcrita demonstra sua intenção de confiar o veículo ao Sr. José Edson Bezerra para vendê-lo. Além disso, o documento firmado de próprio punho pelo Apelante às fls. 13 declara explicitamente que a ora Apelada comprou o veículo.

049 / 261  
18

O negócio foi perfeito e acabado entre o Apelante e a Apelada, conforme estipula o art. 1.267, parágrafo único do CC/02.<sup>1</sup> Isso porque, ao efetuar o pagamento do valor estipulado, já recebeu o veículo objeto do litígio, suas chaves e o documento de identificação (CRLV).

Segundo ensina Washigton de Barros Monteiro:

"Tradição é a entrega da coisa ao adquirente, o ato pelo qual se transfere a outrem o domínio de uma coisa, em virtude de título translativo da propriedade. (...)".<sup>2</sup>

Desnecessária a demonstração de qualquer comprovação de pagamento. Caso o Apelante se sinta prejudicado junto ao intermediário que constituiu para a venda do veículo deve ajuizar ação própria contra o mesmo.

Diante do exposto, conheço do recurso de apelação e no mérito NEGOU PROVIMENTO.

É como voto.

Recife, 3/12/07

fe *Eds* *caul*  
**DESEMBARGADOR EDUARDO SERTÓRIO**  
Relator

<sup>1</sup> Art. 1.267. A propriedade das coisas não se transfere pelos negócios jurídicos antes da tradição.  
Parágrafo único. Subentende-se a tradição quando o transmitente comunga a possuir pelo constituto possessório, ou quando cede, ao adquirente, o direito à restituição da coisa, que se encontra em poder de terceiro, ou quando o adquirente já está na posse da coisa, por ocasião do negócio jurídico.

<sup>2</sup> MONTEIRO, Washigton de Barros. Curso de direito civil - direito das coisas, 37. ed. ver. atual. Rio de Janeiro: Alameda Dabus Majum, 2003, s. 6 Par. 1º, Súmula, p. 200.